



SARDOAL
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 8/2025

SESSÃO ORDINÁRIA

29 DE DEZEMBRO DE 2025

PRESIDENTE: Jorge Gaspar

1ª SECRETÁRIA: Ana Borges

2º SECRETÁRIO: César Marques

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM) de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem do Dia: -----

Período Antes da Ordem de Trabalhos.

Intervenção do Público.

Ordem de Trabalhos:

- 1. Aprovação das atas das sessões anteriores;**
- 2. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 3. Empréstimo a Curto Prazo a contratar em 2026 - Proposta de Adjudicação;**
- 4. Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) - Participação Variável – 2026;**
- 5. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Taxas a aplicar para o ano de 2025, a liquidar em 2026;**
- 6. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) no ano 2026;**
- 7. Derrama – Imposto a liquidar em 2026, referente ao ano económico 2025;**
- 8. Alteração orçamental modificativa - Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (GOP);**
- 9. Proposta - Grandes Opções do Plano 2026-2030 e Orçamento 2026.**

A reunião iniciou com a chamada feita pela Sra. 1ª Secretária, tendo-se verificado a presença dos Srs. Deputados Jorge Gaspar, Vanessa Milheiriço, Ana Borges, Adérito Garcia, Mauro Nogueira, Carlos Duarte, César Marques, Patricia Mourão, Patricia Rei, Gonçalo Ramalho, Aníbal Lobato, Mariana Martins, Paulo Lourenço, Fernando Martins, Miguel Mora Alves, Helder Carboila, Hugo Gaspar, Dora Santos e António Aidos. -----

Esteve também presente na reunião toda a Câmara Municipal, nomeadamente o Sr. Presidente Pedro Rosa, Sr. Vice-Presidente Duarte Batista e Srs. Vereadores Joana Ramos, Pedro Duque e Miguel Alves. -----

Não estiveram presentes os Srs. Deputados Maria Aida Batista, Joaquim Serras e Adriano Martins, que antecipadamente justificaram as suas faltas e que se fizeram substituir pelos Srs. Deputados, Vanessa Milheiriço, Mauro Nogueira e Gonçalo Ramalho, respetivamente. -

PERÍODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS -----

O Sr. Presidente da AM iniciou os trabalhos referindo-se ao falecimento, naquele dia, do Sr. Jorge Pina, apresentando um Voto de Pesar e propondo a sua votação, o qual não sendo transcrito, ficará apenso à presente ata, dela fazendo parte integrante. -----

Colocado a votação, a AM deliberou por unanimidade aprovar o Voto de Pesar, apresentar à família as sentidas condolências da AM e aguardar um minuto de silêncio. -----

Continuou o Sr. Presidente da AM, referindo-se à questão levantada pelo Sr. Deputado Adérito Garcia, e que tinha ficado em verificar, relativamente à necessidade (ou não) da Câmara Municipal aprovar a delegação de competências no Presidente da Câmara para assunção de compromissos plurianuais até 500.000€, antes de ser presente à AM. Informou que nem era necessário nem a Câmara tinha competência para tal, sendo uma deliberação exclusiva da AM. -----

O Sr. Presidente da AM informou também sobre a apresentação de uma carta de retratação pública, remetida por dois munícipes, na qual reconheciam e pediam desculpa pelos excessos e suspeitas infundadas levantadas sobre a conduta dos anteriores Presidente e Vice-Presidente da Câmara, quer nas declarações verbais proferidas na reunião da AM de 29 de abril de 2025, quer nas escritas na exposição entregue ao Presidente da AM naquela mesma reunião. Dado que os referidos elementos do anterior Executivo tinham apresentado ao Ministério Público uma queixa-crime por difamação, e porque o Município não iria ter qualquer despesa, o Presidente da AM informou que, após articulação com o anterior Presidente da Câmara, tinham ambos decidido retirar a queixa, deixando bem claro e formalmente escrito no processo, que o motivo da mesma era exclusivamente a retratação dos munícipes, juntando ao processo a retratação pública apresentada por aqueles. -----

O documento ficará apenso à presente ata e dela fará parte integrante. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da AM informou que, por lapso, da sua exclusiva responsabilidade, tinha informado muito tardiamente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal, Hélder Carboila, a data do Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, resultando na impossibilidade do mesmo se inscrever e participar no Congresso. Pelo facto, lamentou e pediu desculpa à AM, referindo que já o havia feito pessoalmente ao Presidente Hélder Carboila, logo que se apercebeu do seu erro. -----

Em seguida, o Sr. Presidente da AM referiu-se a uma intervenção do Sr. Vereador Pedro Duque numa anterior reunião de Câmara, a propósito da situação que tinha apresentado anteriormente, onde, a respeito de uma avaliação da conduta do Presidente da AM, o Sr. Vereador tinha utilizado as expressões “egocentrismo” e “sobranceria”. Começou por salientar que só trazia aquele assunto, pelo facto de se ter passado em reunião de Câmara, porque o Sr. Vereador, enquanto tal, não tinha necessidade nem devia fazer avaliações sobre a sua conduta enquanto Presidente da AM, nem lhe reconhecia qualquer autoridade moral para o fazer. Disse que o seu lapso não tinha resultado de uma acção propositada nem por ter pensado só em si, muito menos por se considerar superior a alguém. Terminou, reforçando que, da mesma forma que na sua acção fiscalizadora da Câmara Municipal, os membros da AM só tinham que se cingir às opções e decisões do Executivo e não à forma como os seus elementos desempenhavam as suas funções, os elementos do Executivo, até porque nem competência fiscalizadora sobre a AM possuíam, não tinham que julgar a conduta dos elementos da AM. -----

O Sr. Vereador Pedro Duque solicitou a palavra, para dizer que as suas palavras o vinculavam só a si e não ao outro Vereador eleito pelo Partido Socialista nem ao PS do Sardoal. Continuou dizendo que, em termos pessoais não tinha nada contra o Sr. Jorge Gaspar e não concordava que as suas palavras fossem ofensivas no que dizia respeito ao carácter do Presidente da AM. Salientou, no entanto, que perante aquela situação, e depois de ter sabido que a responsabilidade da não inscrição no Congresso não tinha sido dos serviços, tinha-a considerado grave, e que por isso, considerava ter legitimidade para se pronunciar sobre ela. Referiu ainda que aquela situação tinha acontecido na sequência de outras, dando como exemplo, que a única Tomada de Posse das Juntas de Freguesia

em que o Sr. Presidente da AM não tinha estado presente, tinha sido a da Junta de Freguesia de Sardoal. -----

O Sr. Presidente da AM respondeu que não iria continuar com o assunto, esclarecendo, no entanto, que não tinha estado presente em duas Tomadas de Posse, (Santiago de Montalegre e Sardoal), simplesmente porque tinham coincidido com as outras Tomadas de Posse. -----

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Martins, que começou por se dirigir ao Sr. Presidente da Câmara, referindo que lhe tinha parecido muito mal o facto do Presidente da Câmara, na reunião de Câmara onde foi apresentado o Plano de Atividades e Orçamento, se ter referido ao Chega como “o outro partido”, bem como a desvalorização das cinco propostas apresentadas pelo Chega, porque o seu partido tinha representação na AM e por isso, merecia ser respeitado. Continuou, e sobre os bairros sociais da Rua Rainha Santa Isabel e da Tapada da Torre, construídos em 1981, questionou: Há quantos anos é que o Município não atualizava as rendas; Quanto é que comportava para o Município a sua manutenção; Quantos inquilinos trabalhavam no estrangeiro usando as casas apenas para férias; e Quantos proprietários da habitação por herança, que após a venda das mesmas, continuam com renda social. -----

Relativamente ao protocolo que o Município tinha com as Cooperativas de Valhascos e de Andreus, questionou qual o benefício que o mesmo trazia para os Sardealenses. Informou que tinha consigo e iria entregar à Mesa, um requerimento para obter uma cópia do protocolo. -----

Continuou questionando sobre a reparação do pavilhão, nomeadamente sobre a existência de garantias bancárias e para quando a sua reparação, uma vez que da forma como estava a entrar água para o seu interior, não haviam condições para a sua utilização. Por fim, e dirigindo-se agora ao Sr. Presidente da AM, lamentou que na preparação dos trabalhos para a anterior reunião da AM tivesse reunido só com o PS, e solicitou que, no futuro, quando houvesse mais alguma reunião, fossem todos os partidos convidados. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da AM para assegurar ao Sr. Deputado Fernando Martins que sempre que houvessem reuniões de trabalho preparatórias, seriam efetuadas com os três partidos. Concluiu, clarificando que a reunião havida só com a Sra. Deputada Aida Batista, tinha sido só pelos cargos dos Presidentes de Junta de Freguesia que iriam ser nomeados pela AM. -----

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que, dirigindo-se ao Sr. Deputado Fernando Martins, disse que não se recordava de ter usado aquela expressão, e que, se o tinha feito, não tinha sido por desconsideração e apresentava as suas desculpas. Sobre as propostas apresentadas, referiu que as mesmas não tinham sido muito objetivas, exemplificando que uma não tinha enquadramento legal, e que a proposta da isenção de taxas para ocupação de via pública para melhorias nas habitações durante os períodos de verão, era um assunto consensual que poderia vir a ser objeto de revisão, mas que para isso, necessitava de ir a reunião de Câmara. -----

Relativamente aos bairros sociais, referiu que a atualização de rendas era feita pelo serviço de ação social do Município e sempre que se verificam alterações das condições financeiras dos agregados familiares. -----

Relativamente ao bairro da Tapada da Torre, em particular, informou que fazia parte do processo de requalificação daquelas habitações, a elaboração do regulamento de cedência e utilização das habitações, em que seriam previstas todas as questões, e que seria colocado a discussão e viria a aprovação em AM. -----
Sobre os gastos com a manutenção dos bairros, disse não conseguir quantificar no momento, garantindo apenas que sempre que existiam necessidades de intervenção, as mesmas eram feitas no mais curto espaço de tempo possível. Sobre as vivendas da Rua Rainha D. Leonor informou que se encontravam mapeadas para serem intervencionadas no âmbito do programa 1º Direito, e que o seriam logo que ficasse clarificado qual o instrumento financeiro que iria continuar a assegurar aquele programa. -----
Sobre a questão dos moradores que supostamente estavam no estrangeiro e utilizavam estas casas, disse ter conhecimento de uma pessoa, mas que tinha a sua morada fiscal naquela morada, e que, enquanto não houvesse outra regulamentação que permitisse a intervenção do Município, nada podia ser feito. -----
Relativamente à questão dos herdeiros disse só ter conhecimento de um caso particular e permitido pelo regulamento. -----
Quanto às Cooperativas, referiu só ver benefícios considerando os custos de laboração e o serviço que prestavam à comunidade, como garantir que os sardoalenses não tinham que se deslocar aos concelhos vizinhos para moer pequenas quantidades de azeitona. Referiu que o apoio do Município vinha de longa data, tendo o protocolo sido formalizado no início do primeiro mandato do anterior Executivo, por ter sido considerada a melhor forma de deixar explícito o “deve” e o “haver” de ambas as partes. Recordou ainda que o protocolo tinha sido criado pelo problema ambiental com que as Cooperativas se debatiam, designadamente pela insuficiência ou inexistência de lagoas de evaporação, e que, com a formalização do protocolo, as Cooperativas passaram a comprometer-se não só com a doação de azeite à Loja Social, que depois era distribuído pelas famílias que usufruíam daquele apoio, mas também com a disponibilização das suas instalações para actividades promovidas pelo Município ou pela Escola, dando como por exemplo, a realização de visitas de estudo. -----
Relativamente à questão do pavilhão, informou que as obras tinham começado naquele dia esperando que fossem concluídas durante a interrupção letiva. -----
Sobre o pavilhão, o Sr. Deputado Fernando Martins disse ainda que entrava água para o seu interior há quase um ano e que, sendo um espaço usado pela população, mas sobretudo pela Escola, lamentava não ter sido reparado mais rapidamente. Sobre as Cooperativas, acrescentou ter dificuldade em ver as vantagens para os sardoalenses, uma vez que se pagava quase o dobro do preço que em Alferrarede. Na sequência, entregou à Mesa o requerimento para obter uma cópia do protocolo. -----
O Sr. Presidente da Câmara informou que, tratando-se de um problema de ligação entre as placas translúcidas e as opacas, o empreiteiro tinha contratado inicialmente a empresa que tinha subcontratado na altura da construção do pavilhão, que, entretanto, entrou em falência, e que a reparação em curso tinha sido adjudicada a uma empresa local do Sardoal. Sobre as Cooperativas, terminou dizendo que não iria comparar o preço e a

qualidade entre aquelas e empresas que moíam num dia, a quantidade que uma cooperativa moía em toda a época. -----

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Paulo Falcão, que questionou qual o ponto de situação da placa de toponímia com o nome da localidade à entrada de Entrevinhas. --- Questionou ainda se a Câmara Municipal tinha um plano ou planeava colocar em prática um plano para a limpeza das linhas de água e dos cursos de água que serviam o Concelho, uma vez que nos meses passados, a pluviosidade tinha sido elevada e, pelo que tinha verificado, 90% das situações em que tinham havido danos, tinham sido provocados pela falta de limpeza das linhas de água e dos terrenos confinantes, dado que a capacidade de escoamento era limitada.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, e referindo-se à placa, disse não saber naquele momento qual o ponto de situação, contudo se fosse necessário levantá-la para a tornar mais visível, far-se-ia rapidamente. -----

Relativamente à questão da limpeza das linhas de água referiu ser da competência da Agência Portuguesa do Ambiente e dos proprietários confinantes, sendo responsabilidade do Município, apenas nas zonas urbanas. Referiu que o Executivo anterior tinha por hábito limpar a Ribeira do Sardoal na parte da entrada Sul da Vila, mas por sua iniciativa, mesmo não sendo sua competência. Considerou que estas questões deviam ser analisadas com outros olhos e gostaria que surgissem linhas de financiamento para o Município poder intervir, como já tinha acontecido noutras situações, e que ira empenhar-se nesse sentido. Acrescentou também que a APA e o ICNF tinham regras que gostaria que fossem mais permissivas, por exemplo, reconhecendo que algumas das plantas existentes no leito das ribeiras eram infestantes. -----

O Sr. Deputado Paulo Falcão disse ainda que, se a responsabilidade era dos proprietários, então deveriam haver mecanismos de os obrigar a fazer a limpeza. -----

O Sr. Presidente da Câmara concordou, referindo, no entanto, que a fiscalização daquela área não era da competência legal do Município, sendo a mesma da responsabilidade da ARH, e que o Município só podia intervir se a vegetação em causa, compromettesse em simultâneo as questões da prevenção contra incêndios. -----

Interveio também neste ponto o Sr. Presidente da AM para recordar que essa fiscalização era feita antigamente pelos chamados guarda-rios e que agora, provavelmente estava reduzida à intervenção dos Núcleos de Protecção Ambiental da GNR, reforçando que a fiscalização municipal era legalmente incompetente para fazer aquela fiscalização. -----

O Sr. Deputado Paulo Falcão concluiu para dizer que se nada fosse feito ao nível de medidas de prevenção ou fiscalização, os danos e prejuízos passariam a ser muito maiores. Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Adérito Garcia que começou por se dirigir ao Sr. Presidente da AM dizendo que a eleição feita dos representantes da AM para a Assembleia Intermunicipal, não tinha decorrido de acordo com a lei, nomeadamente, com o previsto no n.º 2 do Art.º 83.º da Lei 75/2013. -----

O Sr. Deputado prestou também informações relativas à primeira reunião da Assembleia Intermunicipal da CIMT, que se tinha realizado no dia 11 de dezembro, nomeadamente a eleição da mesa e dos secretários-executivos, a informação da atividade da CIMT, a retificação da primeira revisão orçamental relacionada com a afetação de 1,7 milhões de

euros de resultados transitados para a gestão corrente para um projeto no âmbito da melhoria da mobilidade do Médio Tejo, e a discussão e aprovação do orçamento para 2026 e as grandes opções do plano para os próximos 4 anos. -----

Referiu que o orçamento da CIMT ascendia a cerca de 25.000.000€, existindo seis objetivos estratégicos que definiam a sua atividade, estando relacionados com as áreas onde atuava. Enunciou ainda aqueles a que foram alocadas mais verbas. -----

O Sr. Deputado fez ainda referência ao anuário financeiro dos municípios portugueses, de novembro, cuja análise, disse ser bastante aprofundada sobre os 308 municípios, as entidades intermunicipais e as empresas municipais, e onde, em sua opinião, se via refletida a situação do nosso Município em 2024. Mencionou alguns indicadores do Município de Sardoal, nomeadamente: Independência financeira, em que o Sardoal se posicionava na 5ª posição do pior resultado, dentro dos municípios de pequena dimensão; Receitas com o IMI, o IMT e IUC, em que era o 30º pior; Receitas de taxas, multas e outras penalidades, em que o Município estava em 8º lugar, a contar do fim, o que espelhava bem as dificuldades que às vezes se sentiam no Concelho. Referiu-se também ao indicador relacionado com o peso das despesas do pessoal, sobre as despesas totais, estando em 15º lugar e, mesmo considerando que no Sardoal existiam algumas particularidades, como os bombeiros municipais e os sapadores florestais, ainda que se descontassem estes valores, o Sardoal não apareceria no meio da tabela. Referiu ainda o prazo médio de pagamento em que, de acordo com a informação da DGAL, o Concelho de Sardoal estava em 11º lugar nos que tinham maior prazo de pagamento, com 81/82 dias. ----

Por fim, referiu que o Concelho estava melhor posicionado noutros indicadores, mas aqueles que tinha enunciado deveriam merecer a atenção e a reflexão sobre que estratégia se queria para o Concelho e para onde se queria ir. -----

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Miguel Pita, que, referindo-se à intervenção do Sr. Deputado Adérito Garcia, disse existir sempre a perspetiva do copo meio cheio e copo meio vazio, pois com uma breve análise, podia perceber-se que no ranking de desempenho global, o Sardoal ocupava a 8ª posição a nível nacional entre os municípios de pequena dimensão e o 2º lugar no distrito de Santarém. -----

Referiu ser mau para o Concelho e para quem ouvia, valorizar só o que era mau numa AM, não sendo a publicidade certa e, se se queria trazer pessoas para o Concelho, valorizar a economia do Sardoal, e fazer melhor pelo Sardoal, convinha que se dissesse bem do Concelho, porque senão, estava-se a empurrar para baixo e não era preciso fazê-lo, pois todos sabiam as dificuldades que era gerir um município como o Sardoal, com todas as circunstâncias, com pouca população e todos os problemas que a pouca população trazia, nomeadamente o vínculo a nível orçamental. Apelou por isso, a que se valorizasse o que de bom se fazia no Sardoal. Deu como exemplo, o concerto da Filarmónica União Sardoalense, enaltecendo o cariz associativo e congratulando-se pela existência de associações como a Filarmónica, que todos os anos tinha boas tradições de fazer concertos, que tinha uma escola de música, que valorizava a escola de música como valorizou no concerto, que se preocupava com o futuro como estavam a fazer os seus corpos de dirigentes. -----

Interveio o Sr. Presidente da AM reforçando a importância de instituições como a Filarmónica; dando como exemplo a sua gratuitidade, questionou quantos concelhos teriam uma escola de música ao preço da do Sardoal e sendo uma escola de formação como não era fácil encontrar. -----

O Sr. Deputado Miguel Pita respondeu que a escola de música tinha um custo, pago em parte pela transferência de competências do Município, dando oportunidade a todos os que dela quisessem usufruir, independentemente da sua idade, sendo por isso uma boa forma de empenhar os impostos dos municípios. -----

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado César Marques, que, tendo também participado na Assembleia Intermunicipal da CIMT, em complemento do que havia sido informado pelo Sr. Deputado Adérito Garcia, começou por informar que aquela sessão tinha ficado marcada não só pela aprovação do plano para 2026, que definia uma estratégia orientadora de uma região mais competitiva abordando temas como a aposta na mobilidade, na educação, na inovação, na transição digital, no papel que a comunidade tinha para a proteção civil e para o turismo da região, mas também pela tomada de posse dos deputados intermunicipais e pela eleição da mesa da Assembleia, que refletiu uma representação plural dos diferentes quadrantes políticos da nossa região. -----

Em seguida, elogiou o Executivo municipal, pela aprovação por unanimidade da manutenção das refeições escolares gratuitas até ao terceiro ciclo do ensino básico, medida que nem todos os municípios próximos do Sardoal, tinham, o que reforçava o compromisso que o Município tinha com as famílias e com o desenvolvimento social, que era esperado num território de baixa densidade populacional. -----

Relativamente aos cuidados de saúde primários, questionou o funcionamento do Centro de Saúde de Sardoal, em que se verificavam, sobretudo durante o Inverno, a permanência de utentes no exterior do edifício em longos períodos de tempo e muitas vezes com condições climatéricas adversas. Sabendo que a gestão e organização dos cuidados de saúde primários eram da responsabilidade da ULS, questionou se, com a delegação de competências, estava previsto ou se se podia diligenciar junto das entidades competentes, alguma forma de minimizar esta situação, para melhorar o conforto e a dignidade dos utentes, a nível da organização e do atendimento. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, dizendo que se revia nas palavras proferidas pelo Sr. Deputado César Marques, e também nas proferidas pelo Sr. Deputado Miguel Pita. Relativamente às considerações do Sr. Deputado Adérito Garcia, disse que também considerava importante olhar-se para aqueles documentos, mas que era sempre a questão de ver o copo meio cheio ou meio vazio. Disse que se poderia dar a volta à questão, dando como exemplo, um aumento do valor dos impostos, mas, o Município perderia em termos de competitividade. Reforçou a importância e o facto do Município optar e não abdicar de alguns serviços que são colocados à disposição da comunidade, como a valência da Creche Municipal e os funcionários necessários para o efeito, os Bombeiros Municipais, o apoio à Escola, com o acréscimo de pessoal não docente para além do nº participado pelo Ministério da Educação e os outros, que tornavam o Sardoal atrativo. Considerou ainda que o Sardoal era uma referência no âmbito das atividades desportivas e culturais, dando como exemplo a Filarmónica, o apoio ao

desporto e a todo o tecido associativo. Concluiu dizendo ser importante ter em consideração os indicadores em que o Município e o Concelho poderiam ser melhores, mas nunca esquecendo o que de bom o Sardoal tinha e deveria continuar a ter para o bem-estar da comunidade, mesmo que isso não ajudasse muito em alguns daqueles indicadores. -----

Sobre os cuidados de saúde primários informou que tinha havido uma reunião com a administração da ULS, em que um dos assuntos abordados tinha sido a espera dos utentes por uma consulta de recurso, assim como a conservação do edifício e a dificuldade da ULS na colocação de médicos em territórios do interior. Do que lhe tinha sido informado, o tempo de resposta não era o desejável, ainda assim não demasiado, mas não agradava a ninguém a permanência das pessoas à espera no exterior do edifício naquelas condições e tentar-se-ia encontrar uma solução para criar condições no exterior ou no interior, para dar mais conforto às pessoas, havendo, no entanto, algumas variáveis que era preciso ter em conta, como eram a segurança do edifício. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Sem intervenções. -----

ORDEM DE TRABALHOS -----

1. APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES -----

Após se ter referido aos contributos dados antecipadamente pelos Srs. Deputados Ana Borges e Adérito Garcia, e de se assegurar que nenhum dos presentes tinha mais nada a acrescentar, o Sr. Presidente da AM colocou a votação as atas das sessões de 06 e 28 de novembro de 2025, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade, não tendo participado nas votações, os deputados que não estiveram presentes nas respetivas reuniões. -----

2. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA C) DO N° 2 DO ARTIGO 25°, DA LEI N° 75/ 2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

O Sr. Presidente da Câmara referiu que o documento espelhava a atividade da Câmara desde a Tomada de Posse e destacou alguns pontos do seu conteúdo, nomeadamente: a reunião havida com a ULS referida anteriormente; a reunião havida com a Caixa Geral de Depósitos, onde pôde verificar a consolidação da continuidade do banco no Sardoal, bem como as novas valências que iriam trazer um melhor serviço às pessoas; a parceria havida entre o Município e as Juntas de Freguesia, bem como a atividade operacional dos diversos elementos da Protecção Civil para fazer face às diversas dificuldades provocadas pela depressão Cláudia; a assunção da Presidência da Tagus pelo Município de Sardoal; a situação financeira do Município, informando que a dívida a 31Dez2025 ascendia a 4.613.565,88€ e o prazo médio de pagamento a 82 dias; e os processos judiciais em curso. - O Sr. Presidente da Câmara manifestou ainda a sua disponibilidade para prestar todos os esclarecimentos necessários. -----

Não tendo havido nenhum Sr. Deputado a pedir a palavra, o Sr. Presidente da AM considerou a AM informada sobre aquele documento. -----

3. EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO A CONTRATAR EM 2026 - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO -----

O Sr. Presidente da AM efetuou um pequeno resumo do assunto e recordou a deliberação da Câmara Municipal sobre o mesmo. Após se certificar que nenhum Sr. Deputado pretendia intervir, colocou o assunto a votação. -----

Considerando o disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a AM de Sardoal, deliberou por unanimidade autorizar a adjudicação do empréstimo ao Banco Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Ribatejo Norte e Tramagal, CRL, por ser a proposta economicamente mais vantajosa, na ótica do Município, conforme proposto pelo Júri, assim como considerar a perfeição do contrato com o adjudicatário. ----

4. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL – 2026

O Sr. Presidente da AM efetuou um pequeno resumo do assunto e recordou a deliberação da Câmara Municipal sobre o mesmo. Após se certificar que nenhum Sr. Deputado pretendia intervir, colocou o assunto a votação. -----

Considerando o artigo 26º da Lei nº 73/ 2013, de 3 de setembro, conjugado com o artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a AM de Sardoal deliberou por unanimidade, fixar a taxa de participação variável no IRS em 5%, para os rendimentos do ano de 2026. -----

5. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) - TAXAS A APLICAR PARA O ANO DE 2025, A LIQUIDAR EM 2026

O Sr. Presidente da AM efetuou um pequeno resumo do assunto e recordou a deliberação da Câmara Municipal sobre o mesmo. -----

O Sr. Presidente da Câmara informou que tinha sido apresentada uma proposta pelo Partido Chega, para uma taxa de 0,25% para os prédios urbanos, mas que o Executivo tinha decidido manter o valor do ano anterior (0,325%). -----

O Sr. Presidente da AM referiu a necessidade de haver equilíbrio entre as receitas próprias do Município e a qualidade de vida que se devia proporcionar à população, sendo o valor também um fator de competitividade. Concluiu, dizendo que, face aos valores mínimo e máximo permitidos por lei, considerava muito bom o valor proposto pela Câmara Municipal, quando comparado com o que se passava em muitos concelhos. -----

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Adérito Garcia que questionou se o Município iria efetuar algum levantamento para a identificação dos prédios urbanos que estavam em condições de ruína ou demasiado degradados e também em relação aos prédios rústicos que estavam em estado de abandono, porque, em sua opinião, haviam muitos mais imóveis em risco do que os já identificados, havendo por isso a necessidade de atualizar o levantamento efetuado, para que o pacote fiscal em análise pudesse ser aplicado verdadeiramente. -----

Interveio o Sr. Deputado Fernando Martins referindo que tinha havido um erro na proposta apresentada pelo seu partido, porque a intenção do Chega era passar para o mínimo, mas quando se aperceberam do lapso, a proposta já tinha sido entregue. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara e, referindo-se aos prédios urbanos, disse que havia que ser feita a distinção entre aqueles que estavam a perigar a via pública ou as pessoas, e os que se encontravam sem condições de habitabilidade, porque aquele imposto recaía sobre os imóveis que não tinham condições de habitabilidade. Disse que era um trabalho que estava a ser feito pelos técnicos há algum tempo, sendo um assunto preocupante em aglomerados urbanos. No que dizia respeito aos prédios rústicos, referiu

ser um trabalho mais difícil e demorado, mas de acordo com as competências técnicas do Gabinete Técnico Florestal, esse trabalho iria continuar a ser feito. -----

Após se certificar que nenhum Sr. Deputado pretendia intervir, o Sr. Presidente da AM colocou o assunto a votação. -----

Considerando o artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, bem como a alínea d) do nº 1 do artigo 25º e a alínea cc) do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a AM de Sardoal, deliberou por maioria (18 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Deputado eleito pelo Partido Chega) aprovar as seguintes taxas e respetivas majorações/reduções para o ano de 2025, a liquidar em 2026, nomeadamente: -----

- Prédios rústicos: 0,8%; -----
- Prédios urbanos: 0,325%; -----
- Reduzir em 20% a taxa a aplicar aos prédios urbanos arrendados; -----
- Majorar em 20% a taxa a aplicar a prédios urbanos degradados, considerando-se como tal os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens; -----
- Majorar para o dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos (1,6%), com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo, da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20€ por cada prédio abrangido; -----
- Reduzir o valor do imposto, aplicável ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, em cerca de 30€, 70€ e 140€, em função do número de dependentes a cargo ser 1, 2 e 3 ou mais respetivamente. -----

6. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) NO ANO 2026 -----

O Sr. Presidente da AM efetuou um pequeno resumo do assunto e recordou a deliberação da Câmara Municipal sobre o mesmo. Após se certificar que nenhum Sr. Deputado pretendia intervir, colocou o assunto a votação. -----

Considerando a alínea ccc) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e da alínea d) do nº 1 do artigo 25º da mesma Lei, a AM de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar a aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem de 0,25%, para vigorar no ano de 2026. -----

7. DERRAMA – IMPOSTO A LIQUIDAR EM 2026, REFERENTE AO ANO ECONÓMICO 2025 -----

O Sr. Presidente da AM efetuou um pequeno resumo do assunto e recordou a deliberação da Câmara Municipal sobre o mesmo. Após se certificar que nenhum Sr. Deputado pretendia intervir, colocou o assunto a votação. -----

Considerando a alínea d) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 18º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, a AM de Sardoal, deliberou por unanimidade aplicar a taxa de 1,5% para as empresas com volume de negócios superior a 150.000€ e uma taxa de 0,01% para empresas que têm um volume de negócios inferior ou igual a 150.000€, por querer incentivar e apoiar a instalação de Pequenas e Médias Empresas no Concelho. -----

8. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA - REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) -----

O Sr. Presidente da AM efetuou um pequeno resumo do assunto e recordou a deliberação da Câmara Municipal sobre o mesmo. Após se certificar que nenhum Sr. Deputado pretendia intervir, colocou o assunto a votação. -----
Considerando a alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, a AM de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar a Alteração Orçamental Modificativa Revisão ao Orçamento e Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP). -----

9. PROPOSTA - GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2026-2030 E ORÇAMENTO 2026 -----

O Sr. Presidente da AM efetuou um pequeno resumo do assunto e recordou a deliberação da Câmara Municipal sobre o mesmo. -----

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que começou por referir ser um plano de atividades que dava início a um novo ciclo autárquico, sendo, no entanto, um documento de continuidade, porque tinham um grande peso e uma grande expressão, os ITI (investimentos territoriais integrados), ou seja, aqueles que o Município tinha desenhados, no âmbito do quadro 2030, os investimentos no âmbito do PRR (plano de recuperação e resiliência) e os do PRPI (plano de revitalização do Pinhal Interior), dando como exemplos os projetos do 1º Direito e do espaço *cowork* "Sardoal Empreende". -----

Disse estarem também refletidos os investimentos no âmbito dos condomínios da aldeia, contudo, apesar dos serviços estarem a trabalhar para rapidamente se fazer uma candidatura, os prejuízos provocados pela depressão Cláudia, que, numa estimativa inicial se cifravam na ordem dos 1.400.000€, iriam certamente influenciar aqueles documentos provisionais. -----

Continuou referindo que refletiam uma estratégia que dependia da relação que o Município tinha com diversas entidades, dando como exemplo, a parceria que iria ser feita com a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna para uma intervenção de recuperação do atual quartel da GNR. -----

Referiu também ser intenção analisar conjuntamente com as Juntas de Freguesia os contratos de execução para o ano seguinte porque considerava que alguns dos valores poderiam já estar desatualizados. -----

Disse ainda que os documentos e as ações neles espelhadas, refletiam as intenções do Executivo para os anos seguintes, tendo muitas delas a ver com projetos que se pretendiam implementar e outros que se pretendiam dar continuidade, dando como exemplo a retoma da Feira do Fumeiro Pão e Vinhos de Sardoal, em parceria com a Tagus. Disse ser um orçamento inferior ao do ano passado, que ascendia ao valor de 15.828.114,00€, e que espelhava aquilo que seriam as intervenções planeadas. -----

No que diz respeito ao plano plurianual, mencionou a obra da Creche Municipal, cuja previsão de conclusão era dezembro de 2026, a requalificação do Jardim de Infância da Presa e do Mercado Municipal, a eficiência energética nas Piscinas coberta e descoberta, os Condomínios de Aldeia, os equipamentos de projeção digital de cinema, a aquisição de viaturas para os Serviços Operacionais, de que destacou uma nova retroescavadora e a aquisição de uma nova ambulância no âmbito do protocolo com o INEM. -----

Referiu também que se iriam iniciar os trabalhos para o alargamento do Parque Empresarial de Sardoal, para não se correr o risco de não se conseguir executar este

financiamento, sendo um projeto que se iria desenvolver a par da revisão do PDM, que por sua vez, tinha que estar concluída em setembro. -----

Mencionou ainda a questão da eficiência energética do Centro Cultural (e por essa via, a sua requalificação), a habitação a custos acessíveis com a construção do Parque Habitacional da Fonte da Estrada (projeto já revisto e com novos valores), a área da cultura, a parceria com a DGArtes (participação em 50%) e a requalificação da Igreja Matriz (obra já iniciada). -----

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Adérito Garcia que começou por referir projetos em curso que tinham de ser continuados e a existência de projetos que eram comuns aos programas dos vários partidos estando alguns deles, integrados no documento. -----

Referiu no entanto, que o Partido Socialista tinha apresentado 35 propostas das quais só 5 ou 6 tinham tido acolhimento, quando haviam algumas de baixa relevância orçamental que poderiam ter sido acolhidas, manifestando por isso a sua decepção, porque esperava que uma equipa jovem viesse com mais ideias, tivesse uma visão a 4 anos e que fosse mais além daquilo que tinha ido. -----

Referiu que se fosse retirado o projeto da Fonte da Estrada, que vinha via IHRU, não existiam muitos mais projetos de relevância para habitação, vendo-se apenas intenções de estudo sobre a questão. -----

Referiu-se ainda à questão do desenvolvimento económico e à possibilidade de instalação de empresas, afirmando que, se se retirasse o alargamento do Parque Empresarial e o espaço de *coworking*, assuntos que o Partido Socialista falava há vários anos, mais nada de relevante se via no documento. -----

Concluiu, dizendo que a visão do Partido Socialista era diferente, manifestando por isso o seu desacordo com uma grande parte do documento. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara referindo que, numa primeira fase, e no que dizia respeito à habitação, tinha de se procurar dar resposta ao que de momento se tinha em mãos e não dar o passo maior que a perna, porque, não estando espelhado no documento o fim do quadro comunitário, o Executivo tinha-o presente e sabia que o próximo caminho seria o de procurar espaços para quando surgissem linhas de financiamento para implementação daquele tipo de projetos, nomeadamente a custos acessíveis, e até de outro tipo de habitação. -----

Relativamente ao Parque Empresarial disse querer primeiro executar o alargamento do Parque Empresarial de Sardoal, porque não valia a pena naquele momento virar os esforços para outras zonas industriais ou para outros espaços sem que o primeiro estivesse consolidado, porque tudo tinha de ser feito à medida das capacidades do Município, dados os valores que aqueles investimentos envolviam. -----

Em resposta, o Sr. Deputado Adérito Garcia referiu que, estando no início do mandato, as grandes opções do plano naquele momento eram as que definiam qual a estratégia para 4 anos e, não estando no documento, por muito que fossem intenções não faziam parte da estratégia. -----

Sobre a questão da habitação, interveio também o Sr. Presidente da AM, recordando que as soluções para resolver o problema da habitação dependiam da realidade de cada Município, uma vez que, naquele momento, o empréstimo suportado pelo PRR já não era

resposta, e as soluções futuras que envolvessem o IHRU passariam obrigatoriamente por um empréstimo ao BEI que estava a ser negociado pelo Governo, cujas condições seriam diferentes das do empréstimo do PRR. Tentando pragmatizar a ideia que pretendia passar, deu como exemplo o condicionamento que o empréstimo BEI traria, não possibilitando ao IHRU o financiamento de obras em imóveis adquiridos a privados, fazendo com que os Municípios tivessem que adquirir antecipadamente, e à sua conta, os imóveis ou os terrenos envolvidos. -----

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Miguel Pita que começou por referir que aquele orçamento não era do Partido Socialista, mas do Executivo do Partido Social Democrata, fazendo todo o sentido que fosse de continuidade, considerando que, Municípios com as características do Sardoal, se suportavam na base de contratos-programa e de iniciativas participadas por fundos comunitários e, analisado o orçamento, percebia-se que a margem que sobrava era reduzida, não se podendo pensar na construção de um bairro municipal a rendas pequenas, porque mesmo que fosse uma boa ideia, faltavam os recursos para ela. -----

Disse também que quando se falava em rendas acessíveis ou rendas baixas, na sua opinião, não se projetava o Concelho que idealizava, mas antes um Concelho que se iria manter sempre no nível onde a maioria da população precisava do Estado para sobreviver. Disse querer antes um Conselho que oferecesse qualidade de vida para que futuros investidores quisessem construir no Sardoal e que fosse atrativo para compra de casa, porque quando se falava em habitação, havia sempre a tendência de falar em tudo o que era apoiado, esquecendo-se que o motor da sociedade, era o investimento particular e das empresas, ou seja, o investimento que fazia aumentar o produto interno bruto. Continuou, dizendo que competia ao Executivo, criar condições para que o Concelho fosse atrativo e criasse vontade nos investidores que começavam a aparecer, porque percebiam que o Sardoal, era um Concelho onde valia a pena investir, inclusive, porque o Sardoal fazia muito mais do que a maioria dos municípios, ao nível da educação, do apoio às famílias (dando exemplo o já falado apoio nas refeições escolares), da proteção civil, do apoio às associações, ou seja, preocupava-se com franjas, a que outros municípios não davam tanta importância. -----

Referiu também que, em sua opinião, o caminho não tinha que ser só o apoio e o mecanismo da renda baixa, mas tinha que ser também a criação de mecanismos que dessem qualidade de vida a quem quisesse morar no Concelho e que, em função disso, houvesse mais vontade de investimento, sendo aquela a grande diferença ideológica entre o PS e o PSD, e que, por isso, os orçamentos nunca poderiam ser iguais. Ainda assim, disse estar convencido que 80 a 90% do orçamento que tinha sido apresentado pelo Executivo, seria comum ao PS e ao PSD. -----

Disse ainda que a chave estaria na existência de mais habitação, na conquista de mais população para que o Concelho crescesse, e em tudo o que fosse aportar qualidade de vida, condições de habitação, de boa cultura, de excelente educação, de bom associativismo, de saúde, com a vertente do turismo, na qual o Município tinha de apostar dado existir muito património a valorizar, onde podia haver investimento privado, exemplificando a reabilitação da Igreja Matriz através de um contrato de comodato. A

propósito da reabilitação do património religioso, referiu a urgência da requalificação da igreja da Santa Casa da Misericórdia que estava em risco. -----
Referiu haver muito investimento a chamar, estando o orçamento naquele sentido, e que via no documento, intenções de revitalizar e de dar continuidade ao que foi bem feito. Concluiu, salientando que era um bom orçamento, e sendo o primeiro de um mandato e de uma nova e recente equipa, certamente os seguintes seriam ainda melhores. -----
Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Adérito Garcia para dizer que, sobre a habitação, não se referia necessariamente à habitação subsidiada, pois existiam outras vertentes e outras formas de promover mais habitação podendo a Câmara Municipal entrar no mercado, por exemplo, de loteamento habitacional. Disse ainda que no Partido Socialista, se tinha falado muito em habitação diferenciada e não só de habitação com apoio ou subsidiada, pois concordava em querer-se um Concelho em que ninguém precisasse de habitação com apoio social, e era por isso que batalhava pelo eixo de desenvolvimento económico, pois era por aí que se iria aumentar o rendimento das famílias, tendo de haver emprego e capacidade para as empresas se instalarem, não o tendo que ser só no parque industrial. --
Tomou a palavra o Sr. Presidente da AM, para referir que alguns dos investimentos que se estavam a discutir e classificar como prioritários, dando como exemplos o espaço de *cowork* “Sardoal Empreende” e o Parque Habitacional da Fonte da Estrada, só não estavam a meio da sua construção, pela grave conjuntura que caracterizava naquele momento a construção imobiliária, e que resultava de vários fatores a que o Executivo era alheio e nada podia fazer. Referiu-se concretamente ao facto dos concursos daqueles dois projetos terem ficado desertos e do que tinha motivado aqueles casos e muitíssimos outros idênticos em todo o País, como sendo o custo dos materiais, a falta de empreiteiros por excesso de procura, a escassez de mão-de-obra e o encurtar dos prazos de construção, por via da aproximação do fim do PRR. Concluiu, reforçando que alguns projetos não eram já uma realidade em curso, não porque alguém não tinha feito o que devia ou tinha feito as coisas mal, mas porque a conjuntura da construção assim o tinha imposto. -----
Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que referiu que quando se fazia um primeiro orçamento, não se achasse que de um momento para o outro se iria conseguir arranjar financiamento para todas as pretensões. Tinha que se olhar para o que estava construído e desenhado, e perceber qual seria a expectativa de conseguir levar as obras a bom porto, a menos que não se concordasse com elas, que não era o caso. Exemplificou, dizendo que o Executivo tinha sido abordado sobre a possibilidade de se abandonar a urbanização da Fonte da Estrada, o que não podia acontecer devido aos milhões de euros já contratualizados, podendo não haver outra oportunidade para conseguir o financiamento naquelas condições; disse que o mesmo se passava com os investimentos que estavam pensados ao nível do 1º Direito para a Rua Mestre Sardoal, para a Rua da Ladeira e para o Poço dos Açougues. -----
Continuou dizendo que em quatro anos havia tempo para se poder redesenhar o que era a expectativa do Executivo, também em função de realidades concretas, e que não se poderiam apresentar, de forma pouco responsável, outros projetos, como por exemplo a construção de parques habitacionais em todas as freguesias, mesmo que essa situação até pudesse vir a ser uma vontade. Complementou, dizendo que não era pouco

significativo, nem se poderiam ignorar os quase 10.000.000€ e os cerca de 3.500.000€ previstos até 2028 para a habitação e parques empresariais, respetivamente. Concluiu, referindo que se devia também respeitar as intenções legítimas e acertadas de quem esteve antes e fazer os ajustes necessários. -----

A respeito do espaço *cowork*, o Sr. Presidente da Câmara recordou que o Sardoal possuía um espaço daquela natureza desde a inauguração da Loja do Cidadão, e que o caminho na procura de soluções naquela e noutras áreas, não tinha que ser feito só pelo Município, podendo ser um objetivo de uma Junta de Freguesia, ou resultando de um trabalho conjunto do Município com uma Junta de Freguesia, dando como exemplo a parceria, ainda que informal, com a Junta de Freguesia de Alcaravela para recuperação da Casa do Povo de Alcaravela, onde o Município, para já, não podia fazer nada por não ser proprietário do imóvel. -----

Após se certificar que mais nenhum Sr. Deputado pretendia intervir, o Sr. Presidente da AM colocou a votação as Grandes Opções do Plano 2026-2030 e o Orçamento 2026. -----

Considerando a alínea a), do nº 1 do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a AM de Sardoal, deliberou por maioria (10 votos a favor (PSD), 2 votos de abstenção (PS) e 7 votos contra (PS e Chega)), aprovar as Grandes Opções do Plano 2026-2030 e Orçamento 2026. -----

Após a votação, o Sr. Deputado Adérito Garcia informou que os deputados do Partido Socialista que tinham votado contra tinham uma declaração de voto, tendo em seguida lido o seu teor e que a seguir se transcreve: -----

“Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia,

Discutimos hoje, nesta sessão da assembleia municipal o Orçamento para 2026 e Grandes Opções do Plano para 2026-2030.

Estes documentos, mais que relatórios com gráficos e tabelas, devem representar em si mesmos, especialmente nas GOP, a estratégia para o ciclo político que iniciamos há poucas semanas. Se quisermos, de forma simples, como vemos o concelho daqui a 4 anos, que caminho queremos percorrer.

Analisado os mesmos, e considerando ainda os esclarecimentos dados na discussão dos mesmos, percebemos que os documentos representam a continuidade de uma política sem um planeamento suficientemente estruturado. Desengane-se quem pensava que, por ter uma equipa jovem e renovada, este executivo vinha com ideias novas. Antes pelo contrário.

A opção por dar continuidade aos projetos em curso é de salutar, bem como a inclusão de alguns projetos que resultam do debate de ideias da campanha, como sejam:

- Alargamento do Parque Industrial de Sardoal,*
- Habitação de Custos Acessíveis,*
- Mercado Municipal,*
- Jardim de Infância da Presa,*
- Espaço Empreende, e*
- Casa da Proteção Civil.*

Estes projetos merecem a nossa concordância, mas, entendemos nós que o documento deveria refletir igualmente, de forma mais vincada uma estratégia de desenvolvimento

humano, social e territorial, orientada para a coesão social, a valorização sustentável do concelho, a fixação de população e o desenvolvimento económico.

Com este objetivo, no âmbito da auscultação levada a efeito pelo executivo para elaboração destes documentos, o PS apresentou um conjunto de outros projetos que não mereceram o acolhimento do executivo, mesmo num horizonte a meio prazo.

Destes destacamos:

- Criar espaços de coworking nas freguesias,*
- Criar espaços de Habitação a Custos Acessíveis nas Freguesias,*
- Elaborar um estudo de viabilidade do alargamento da entrada Sul da Vila,*
- Construir uma Praia Fluvial na Ribeira das Sarnadas (Vale Diogo),*
- Implementar um parque de atividades fluviais na Barragem da Lapa,*
- Construir um ginásio municipal com custos acessíveis para os municípios,*
- Construir novos abrigos de passageiros,*
- Construção de um campo de Padel*
- Adquirir um mini-autocarro para responder às necessidades dos municípios e associações,*
- Concluir os corredores pedonais na zona histórica,*
- Reabilitar o edifício da Casa do Povo de Alcaravela.*

Propusemos ainda um conjunto de iniciativas, de baixa relevância orçamental, que também não mereceram qualquer acolhimento.

Alguns exemplos:

- Aumentar para o dobro os valores dos contratos de execução com as Juntas de Freguesia, com o proporcional alargamento das suas competências,*
- Criar uma equipa permanente de manutenção e embelezamento de espaços públicos;*
- Criar uma bolsa de terrenos para hortas comunitárias,*
- Implementar um cheque-prenda para natalidade,*
- Criar áreas de sombra no parque de caravanas,*
- Requalificar o jardim da Tapada da Torre,*
- Reforçar a iluminação na entrada norte de Sardoal,*
- Aumentar o orçamento participativo para 20,000€,*
- Criar um observatório autárquico com prestação de contas anual,*
- Criar a figura do Provedor do Município,*
- Realizar reuniões de câmara descentralizadas em cada freguesia, pelo menos uma vez por ano,*
- Adaptar os balneários escolares para a prática de desportos coletivos,*
- Realizar um festival anual de teatro, fado e folclore, tão característicos do nosso concelho,*
- Recuperar o parque de campismo da Lapa,*
- Criar uma festa anual de homenagem ao emigrante,*
- Recuperar a Festa da Flor,*
- Criar um concurso anual de pão, azeite e vinho.*

Mais que a discussão dos projetos e da prioridade dos mesmos, o que nos divide são as opções políticas, a orientação estratégica, e principalmente a visão do futuro do concelho,

motivo pelo qual votamos contra o Orçamento para 2026 e as Grandes Opções do Plano 2026-2030.

Sardoal, 29 de dezembro de 2025.

Os Deputados Eleitos pelo PS,

Adérito Garcia

Vanessa Milheiriço

Carlos Duarte

Patrícia Mourão

Aníbal Lobato

Paulo Falcão"-----

Após a votação das GOP e do Orçamento, e já sobre o Mapa de Pessoal, o Sr. Presidente da Câmara referiu ser intenção, a criação de mais 6 novos lugares de Assistente Operacional, para além do que era o quadro, sendo três para a área de Auxiliar de Ação Educativa e três no âmbito dos Serviços Operacionais. -----

Sobre o recente concurso havido para Auxiliares de Ação Educativa, o Sr. Presidente da AM questionou se iria ser feito mais algum concurso ou se se iria recorrer ao concurso anteriormente realizado, uma vez que duas das pessoas admitidas já se encontravam a trabalhar no Município. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que, uma vez que aquelas funcionárias já estavam em regime de contrato a termo certo, o procedimento a seguir seria ir à bolsa de recrutamento e completar as vagas que sobrassem. -----

Após se certificar que mais nenhum Sr. Deputado pretendia intervir, o Sr. Presidente da AM colocou a votação o Mapa de Pessoal para 2026. -----

Considerando a alínea a), do nº 1 do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a AM de Sardoal, deliberou por maioria (11 votos a favor (PSD e Chega) e 8 abstenções (PS)), aprovar o Mapa de Pessoal para 2026. -----

Em seguida, e considerando o nº 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e o nº 4, do artigo 41º, do Regimento deste órgão, a AM de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta as deliberações tomadas. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Sr. Presidente da AM, encerrada a sessão, eram vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

(Jorge Manuel Gaspar)

A 1.ª Secretária

(Ana Maria Simples dos Santos Borges)

O 2.º Secretário

(César Filipe Gonçalves Marques)